



EXPECTATIVAS DA BANCA REDAÇÃO

PROPOSTA 1

A primeira proposta de redação apresenta aos candidatos e às candidatas uma situação semelhante a algo que, nos últimos anos, tem acontecido no Brasil: uma professora de Filosofia do Ensino Médio de uma escola da rede pública estadual de ensino foi acusada de doutrinação política por ter apresentado aos seus alunos o texto de um filósofo grego da Antiguidade nas aulas sobre as origens da Cidadania e dos Direitos Humanos. A professora recebeu ofensas e ameaças anônimas e a direção da escola não se manifestou em sua defesa. A docente foi, portanto, duplamente atingida: pela tentativa de censura anônima e pela omissão da direção da escola. Já os alunos se sentiram lesados pelo risco de perder as aulas de filosofia, fundamentais para sua formação. A prova de redação propõe então aos(as) candidatos(as) a escrita de um **abaixo-assinado** no qual deveriam se colocar no lugar dos estudantes dessa escola que, indignados com a situação, reivindicam junto à direção um posicionamento institucional em defesa da liberdade de cátedra da professora e a manutenção de aulas que tematizem os Direitos Humanos.

Definidos o gênero discursivo, os interlocutores e a situação de produção escrita, cabe aos(as) candidatos(as) lerem com atenção os textos disponibilizados na prova em busca de argumentos que justifiquem suas reivindicações. Dentre eles, o texto *Teócrito e o pensamento*, motivo da acusação de doutrinação política e parte da situação de produção. Nele, o filósofo grego defende a liberdade irrestrita do exercício do pensamento e denomina crime a tentativa de impedir o direito de pensar, concluindo que “os tiranos não gostam que as pessoas pensem”. Esse texto dialoga diretamente com o texto 2, uma tirinha de Alexandre Beck, em que as personagens sugerem que os professores são perigosos porque “podem ensinar o povo a pensar”.

O texto do filósofo grego dialoga também com o texto 3, de Celso Lafer, no qual o autor apresenta as reflexões de Hannah Arendt sobre as experiências desastrosas de regimes totalitários. A filósofa temia que, mesmo com o fim do nazismo e do stalinismo, persistissem no mundo contemporâneo a pobreza, a miséria, o perigo de um holocausto nuclear, a violência, os surtos terroristas, a limpeza étnica, os fundamentalismos excludentes e intolerantes. O temor de Teócrito de Corinto frente à tirania dos déspotas da Antiguidade (que levariam o povo à fome, à injustiça, à opressão, à tortura, ao cárcere, à perdição) foram atualizados por Hannah Arendt. Como se depreende da leitura desses textos, a ideia do totalitarismo e a ameaça da tirania continuam ecoando ao longo dos séculos.

A situação vivida pela professora na escola pode ser tomada como uma arena desse impasse: por um lado, a instrução deve promover “a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, em prol da manutenção da paz”, como propõe a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (texto 1); por outro, a professora, ao tematizar justamente Cidadania e Direitos Humanos em seu curso, sofre represálias e uma tentativa de silenciamento.

Tal incoerência é tratada de modo irônico por Sakamoto (texto 4) que, em um tom bastante informal (o que o distingue de outros excertos da proposta), ridiculariza esse tipo de acusação aos professores (“militantes que visam doutrinar político-ideologicamente os seus alunos”). O autor critica parte da população brasileira que alega defender a pluralidade de pensamento, porém busca interditar debates em torno da educação sexual e excluir dos currículos questões que envolvem os Direitos Humanos – caminho oposto ao de países de alto desempenho em educação. Por fim, conclui Sakamoto, acusam erroneamente Paulo Freire de mentor dessa “doutrinação”, o que só reforçaria a ignorância acerca da contribuição desse educador – pacifista e defensor do livre pensar – quando o assunto é educação no Brasil.

Para cumprir a primeira tarefa (reivindicar que a escola defenda a liberdade de cátedra da professora), os(as) candidatos(as) podem, por exemplo, mobilizar o texto de Teócrito de Corinto, a tirinha do Armandinho e o excerto do Sakamoto, que argumentam em favor da pluralidade de pensamentos, necessária em toda instituição de ensino, desconstruindo assim a falsa ideia de “doutrinação político-ideológica”. Para cumprir a segunda tarefa (reivindicar a manutenção de aulas de Filosofia que tematizem os Direitos Humanos), os candidatos têm a possibilidade de recorrer às reflexões de Hannah Arendt e de Teócrito de Corinto para apontar os regimes totalitários como responsáveis por atos de barbárie, e concluir que os Direitos Humanos são imprescindíveis aos regimes democráticos. Podem, ainda, defender uma educação fundamentada nos Direitos Humanos e, para tanto, recorrer ao Artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, o qual determina que a instrução deva ser orientada no sentido de fortalecer e respeitar esses direitos. Mais especificamente, podem aproveitar exemplos citados por Sakamoto de países que são referência mundial em educação e cujos currículos valorizam os Direitos Humanos.

Espera-se que os(as) candidatos(as) construam uma “máscara discursiva” que se aproxime da situação de produção e da interlocução referidas e apresentem explicitamente as reivindicações indicadas, articulando as informações trazidas pelos textos da coletânea e outras que julgar pertinentes.

PROPOSTA 2

A expectativa da Banca Elaboradora nesta segunda proposta de redação é a de que os candidatos e as candidatas: a) demonstrem capacidade de analisar os gráficos 1 e 2; b) comparem, com base nos outros elementos presentes na coletânea, os indicadores de desenvolvimentos de Brasil, China, Índia e Noruega; c) utilizem essa comparação para avaliar os efeitos do consumo tanto nos *rankings* como na qualidade de vida e na igualdade social; d) escrevam uma resposta em forma de **postagem no fórum virtual** da disciplina.

Tendo em mente a questão norteadora da proposta (os efeitos do consumo para a elevação do PIB e do IDH), espera-se que os candidatos assumam um ponto de vista sobre a relação entre o *consumo* e os fatores *qualidade de vida e igualdade no desenvolvimento social*. Além disso, espera-se que exponham seu ponto de vista sobre eventuais diferenças para o desenvolvimento social do Brasil, caso o país optasse por uma política econômica visando a uma melhor classificação no *ranking* do IDH ou no *ranking* do crescimento do PIB.

Por um lado, os dois países que lideram o *ranking* do PIB (Índia e China) apresentam problemas em relação à desigualdade e à qualidade de vida, com dados que sugerem situações de trabalho escravo contemporâneo, como se pode inferir da leitura do texto 3. Tais problemas se refletem nos baixos índices de IDH. Em contrapartida, a Noruega – líder por anos consecutivos no *ranking* do IDH – não apresenta um crescimento do PIB semelhante ao do IDH. O quinto e último excerto fornece outras informações a respeito das razões dessa consistente liderança norueguesa no *ranking* do IDH.

Para responder à questão proposta, os candidatos devem inferir, a partir dos textos oferecidos, que há uma polêmica em relação ao papel atribuído ao consumo: ele é visto por alguns economistas – representados pelo diretor executivo da ABVTEX (excerto 4) – como uma ferramenta para alavancar o crescimento econômico, e, por outros, como desencadeador de problemas ambientais e sociais (excerto 3). Priorizar uma melhor classificação no *ranking* do IDH ou no *ranking* do crescimento do PIB poderia ser equivalente a priorizar ou não o consumo e suas consequências para a qualidade de vida e a igualdade social.

A proposta encaminha para uma leitura: a de que os efeitos do consumo são mais negativos que positivos, e a de que é importante priorizar o IDH como índice de avaliação do desenvolvimento social do Brasil, se se pretende construir uma sociedade mais igualitária. Isso não veta, porém, que o(a) candidato(a) possa argumentar que uma política econômica pode priorizar o crescimento do PIB. Ou, ainda, que uma associação entre os dois *rankings* seria a opção mais interessante. Neste caso, o candidato poderia tomar por base a própria Noruega que, há um ano, estava abaixo do Brasil no *ranking* do PIB e que elevou sua classificação nos últimos meses. Há, ainda, outros desenvolvimentos temáticos sobre a relação entre crescimento econômico, consumo, distribuição de renda e IDH, que poderiam ser mobilizados pelos(as) candidatos(as). Em todos os casos, porém, o(a) candidato(a) deve, obrigatoriamente, levar em conta os gráficos e os fragmentos apresentados na coletânea, seja para justificar o seu ponto de vista, seja para tomá-los como contraponto.

Em relação ao gênero solicitado, o(a) candidato(a) deve organizar uma resposta expositivo-argumentativa em que deixe clara a sua opção por um dos ranqueamentos (IDH ou PIB), ou por ambos, e as consequências dessa escolha para o Brasil. Além disso, deve formular uma argumentação coerente e consistente. Tendo em vista postagens que circulam em fóruns de ambientes virtuais de disciplinas, é possível explicitar ou não o diálogo com a professora, com os colegas ou com a questão por ela elaborada.

O que será priorizado na avaliação desta proposta temática, portanto, é a capacidade de fazer inferências e de articular informações, bem como a qualidade argumentativa do texto construído como resposta para a pergunta elaborada por uma professora, conforme a situação de produção fornecida no enunciado da prova.